

O ENSINO DA ECONOMIA MARXISTA AOS ESTUDANTES DE ECONOMIA AGRÍCOLA EM PAÍSES NÃO-MARXISTAS¹

MICHEL PETIT²

RESUMO – Este trabalho demonstrou como as abordagens marxistas e neoclássicas podem ser complementares no treinamento de estudantes de Economia Agrícola. As principais contribuições da teoria marxista referem-se à compreensão do determinismo, à natureza dos conflitos entre os grupos sociais no processo produtivo, à interrelação de economia com outras ciências e à utilização da dialética como método de análise. Os autores marxistas contribuíram principalmente para a maior compreensão do lugar das explorações familiares no modo de produção capitalista e da análise do desenvolvimento rural e da pobreza numa perspectiva mundial. Advoga-se o pluralismo filosófico, como base de ensino para a compreensão da realidade.

Termos para indexação: marxista, neoclássica, treinamentos.

TEACHING MARXIST ECONOMICS TO AGRICULTURAL ECONOMICS STUDENT IN NON-MARXIST COUNTRIES

ABSTRACT – This study shows how both the Marxist and neoclassical approaches can be complementary in the training of agricultural economists. The principal contributions of Marxist theory include: comprehension of historic determinism; the nature of social conflicts in the productive process; the interrelation of economics with other sciences; and the use of dialectics. The Marxists mainly contributed to the understanding of the position of family farms in the capitalist economy and the analysis of rural development and poverty within a worldwide perspective. The author concludes by recommending philosophical pluralism as a base for training to comprehend reality.

Index terms: marxist, neoclassical, training.

INTRODUÇÃO

A relevância do marxismo à disciplina de Economia infelizmente continua muito controversa. O próprio Marx afirmou que sua principal tarefa era a de transformar o mundo e não de interpretá-lo. Segundo Lenin, “a contribuição de Marx – o materialismo e o socialismo científico – constitui a teoria e o programa do movimento dos trabalhadores em todos os países civilizados” (Lenin s. d.). Muitos economistas, mais ou menos conscientemente influenciados pelo positivismo, como uma filosofia da ciência, rejeitam energicamente esta posição, afirmando que a finalidade da investigação científica é procurar a verdade, isto é, entender o mundo, ao passo que as mudanças no mundo pertenceriam ao domínio da ação. Pessoalmente, se de um lado vejo vantagens em distinguir entre pensar e fazer, de outro estou consciente dos limites desta distinção que implica, *inter alia*, duas posições insustentáveis: a) uma completa divisão de trabalho entre cientistas e tomadores de decisão; e b) a idéia de ser possível traçar uma linha entre o que os economistas dizem como cientistas e o que dizem

¹ Recebido em 06 de novembro de 1987.

Aceto para publicação em 07 de abril de 1988.

² Presidente da Associação Internacional de Economistas Agrícolas - Ecole Nationale Supérieure des Sciences Agronomiques Appliquées - Shaire des Sciences Economiques - 26 Blvd du Docteur, Petit Jean 21100 - Dijon - France.

como cidadãos. Independentemente do que se pense a respeito dessas posições filosóficas, o ponto essencial é que mesmo para os não-marxistas que desejam entender o mundo, Marx tem algo importante para oferecer. Este é o ponto fundamental que justifica o presente trabalho. Aqueles que não estão convencidos devem considerar que os economistas marxistas são um fato da vida e que nós temos que conviver com eles.

Gostaria de esclarecer que não me considero um marxista³ e, conseqüentemente, não sou especialista em Marx. Entretanto, aceitei o convite para apresentar um trabalho sobre o ensino de economia marxista para estudantes de economia agrícola porque estou convencido de que o marxismo é importante para todos os economistas. Em particular, nos países onde o marxismo não é a doutrina oficial do Estado (este é o conceito de países não-marxistas aqui adotado), ensinar economia marxista é um método pedagógico muito efetivo para formar estudantes conscientes dos limites da abordagem neoclássica, a qual continua sendo, a meu ver, uma ferramenta muito útil para análise. A expressão "abordagem neoclássica" deve ser entendida no sentido de uma atitude intelectual geral, vis-à-vis problemas econômicos, pertencentes à tradição analítica ilustrada por economistas desde Alfred Marshall e Leonn Walras, incluindo Keynes e os pós-keynesianos e, atualmente, todos os ganhadores do prêmio Nobel. Ademais, ensinar economia marxista tem a vantagem de ajudar os estudantes a compreenderem melhor a base teórica dos conflitos ideológicos tão evidentes em muitas sociedades. Frequentemente os estudantes que têm uma preparação limitada em economia estão cheios de preconceitos de um tipo ou de outro, ditados por uma simpatia sentimental a favor de alguma ideologia vaga. É essencial que os futuros economistas submetam estes preconceitos a testes rigorosos de consistência lógica interna e de consistência com sua experiência. A finalidade não é pregar uma doutrina a eles e sim desenvolver uma capacidade crítica positiva.

Este trabalho reflete nossa experiência de mais de dez anos de ensino na Ecole Nationale Supérieure des Sciences Agronomiques Appliquées (ENSSAA), em Dijon, França, onde o marxismo sempre participou do currículo. Entretanto, dada a natureza específica da ENSSAA (gradua técnicos com limitada base em Economia, sendo treinados para serem funcionários do Ministério da Agricultura, principalmente envolvidos em educação técnica agrícola), nossa experiência não é diretamente transferível para a maioria das situações universitárias. Entretanto, tentamos derivar pontos que, de alguma forma, tenham validade geral. Em primeiro lugar, discutiremos como uma apresentação da economia marxista, como uma teoria geral do desenvolvimento econômico, pode esclarecer tanto as principais limitações das teorias neoclássicas quanto a natureza restrita da análise normalmente feita pelos economistas da tradição neoclássica. Na segunda parte do trabalho, a ênfase será deslocada para alguns problemas específicos da economia agrícola. Ai, novamente, será destacado que as contribuições marxistas podem ser vistas como complementares à análise neoclássica.

³ O termo, na forma utilizada aqui, deve ser entendido na sua conotação filosófica.

APRESENTAÇÃO DA ECONOMIA MARXISTA COMO UMA TEORIA GERAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A principal contribuição de Marx para a Economia é a teoria do modo de produção capitalista e, de forma mais geral, a análise do desenvolvimento histórico da economia em termos de modo de produção.

Nesta perspectiva, os autores marxistas freqüentemente destacam o que eles chamam de "natureza apologética da economia burguesa". O aspecto mais significativo desta crítica já foi expresso por Marx quando ele escreveu: "Ao dizer que as atuais relações – as relações de produção burguesas – são naturais, os economistas implicitamente argumentam que estas são as relações através das quais a riqueza é criada e que as forças produtivas se desenvolvem de acordo com as leis da natureza. Desta forma... estas relações devem sempre regular as sociedades" (Marx 1963). Não é verdade que muitos economistas agrícolas, treinados na tradição neoclássica, baseando-se em esquemas teóricos onde os modelos de comportamento individual ocupam uma posição privilegiada, tendem a destacar as vantagens dos ajustamentos de mercado sem dar a necessária atenção às condições específicas sob as quais os mercados operam e se desenvolvem? A expressão tão comum "imperfeições de mercado" é por si só reveladora, ela sugere que um pouco de inteligência, agregada talvez a um pouco de coragem política será suficiente para "corrigir" as imperfeições. Aqui a contribuição marxista é para levantar questões relevantes relativas às causas do desenvolvimento destas imperfeições, causas que deveriam ser investigadas com profundidade antes de prescrever qualquer correção.

Tomar as instituições como um dado (como normalmente fazemos), está também relacionado com o ponto de vista comum entre economistas agrícolas que privilegiavam a **produção, em detrimento da distribuição**. A teoria de Marx é útil para prevenir os estudantes contra este viés. Colocar a luta de classes no centro da história humana tem a vantagem de chamar a atenção para os inúmeros conflitos de interesses gerados por qualquer processo de desenvolvimento econômico. É claro que a contribuição positiva da teoria neoclássica de distribuição de renda deve ser enfatizada. Relacionar os retornos dos fatores de produção às suas produtividades marginais é certamente muito útil em análises empíricas. Mas o tratamento diferenciado do trabalho e do capital, por parte de Marx, com seus conceitos de valor-trabalho e exploração do trabalho sobre os quais as relações de produção e, então, os modos de produção são erigidos, proporciona um ponto de vista muito interessante para a pesquisa da relação entre o crescimento econômico e a distribuição de renda. Tendo em mente este referencial de Marx, não é convincente considerar que o bem-estar dos pobres possa ser incrementado apenas pelo crescimento econômico, e somente numa fase posterior atentar para a distribuição de renda. Enfatizar classes sociais como categorias essenciais a serem levadas em conta na análise da distribuição de renda tem a vantagem de proporcionar um elo para unir o econômico ao social e ao político. Neste sentido, o conceito é superior aos fatores de produção. Mas a vantagem é limitada, já que as principais classes de Marx no modo de produção capitalista – operários e capitalistas – são precisamente definidas em termos dos fatores de produção, isto é, trabalho e capital, que ofertam. As outras classes são sempre fontes de dificuldades na análise empírica marxista. A despeito destas dificuldades os conceitos de classes

sociais e relações sociais de produção podem ser entendidos como fontes de indagações interessantes a respeito do relacionamento entre o crescimento da produção, a distribuição de renda e a dinâmica de mudanças sociais.

Além de assim chamar a nossa atenção para esclarecer importantes aspectos do fenômeno econômico que os economistas treinados na tradição neoclássica tendem a passar por cima, ainda que a economia neoclássica tenha algo a dizer sobre eles, a abordagem marxista tem outros dois méritos de caráter geral: o tratamento que confere às relações entre as ciências sociais e sua utilização da dialética em oposição à lógica analítica. A expressão "abordagem marxista" é usada aqui para descrever uma atitude intelectual geral com respeito aos fenômenos sociais. Todos os economistas concordam que sua disciplina lida apenas com aspectos parciais do comportamento humano. Graças, em particular, a trabalhos recentes na área de orçamentos familiares e à economia domiciliar ("New Household Economics") (Becker 1965 e Nerlove 1974), nós sabemos que o domínio da pesquisa econômica pode ser mais amplo que o indicado pelos tradicionais livros textos. No entanto, mesmo as tentativas da "Escola de Chicago" não nos proporcionam plena satisfação. Os fenômenos humanos têm claramente uma unicidade. Outras ciências sociais têm contribuído para sua compreensão, porém não sabemos como relacionar, entre si, suas áreas de conhecimento. Esta falha pode talvez ser melhor ilustrada como um exemplo. A adoção de inovações é uma importante questão teórica e prática para os economistas agrícolas. Os sociólogos rurais têm oferecido consideráveis contribuições neste assunto (Rogers 1960). Muitos trabalhos econométricos sobre o assunto também foram desenvolvidos, sendo pioneiro neste campo Griliches (1957). Porém, a certa altura, os economistas e sociólogos entraram em controvérsia; Griliches argumentou que os determinantes principais da taxa de mudança técnica são variáveis econômicas; as variáveis sociológicas seriam importantes apenas para determinar quem será o primeiro ou o último a adotar uma nova prática numa dada área. Por sua vez os sociólogos afirmaram que se as razões econômicas constituem a única base para a adoção, práticas melhoradas poderiam ser adotadas tão logo suas vantagens econômicas pudessem ser demonstradas, Griliches (1957) cedeu, escrevendo que não havia nenhuma necessidade de opor um fator a outro para poder explicar a velocidade de adoção. A controvérsia amainou-se então. Mas, deve-se confessar que, se existiu a vantagem de destacar a relevância da Economia e da Sociologia para estudar a adoção de inovações, muito pouco conhecimento foi ganho com respeito à relação entre estas duas ciências sociais. Atualmente estou convencido de que esta esterilidade deriva da visão do domínio das várias ciências sociais como coisas justapostas. Esta visão leva a um **imperialismo intelectual**, ou seja, à noção de que a extensão de um determinado domínio só pode ser feita às expensas de outro. A controvérsia entre Griliches (1957) e o sociólogo Rogers (1960) pode, provavelmente, ser interpretada nestes termos. Em contraste, a abordagem marxista propõe um caminho diferente. Os conflitos de interesses ocupam posição central no ponto de vista de Marx sobre os fenômenos econômicos. Eles podem, também, ser essenciais na análise da sociedade, feita pelos sociólogos. Tal análise não ocorre sem problemas, porém abre uma interessante perspectiva (Beteille 1974). A abordagem marxista é também relevante na ciência política. Por exemplo, poucos podem discordar de Beteille quando ele escreve: "O Dezoito Brumário é uma magistral análise da interação com-

plexa de interesse entre as diferentes classes e estratos da França, nos meados do século 19". Na mesma perspectiva, o Estado é visto como parte da formação social global. Este ponto de vista deve ser contraposto com o da tradição neoclássica que coloca o Estado como elemento exógeno da maioria dos modelos econômicos ⁴.

Abordamos aqui, sobretudo, as **diferenças entre as lógicas analítica e dialética**. A primeira é a base de muitas disciplinas científicas, inclusive a tradição neoclássica; o uso da segunda foi particularmente ilustrado por Marx e Freud, o criador da psicanálise. A raiz da diferença reside na própria concepção de mudança (Petit 1975). Para a dialética, o ser e o vir a ser estão intimamente relacionados; por exemplo, as origens de mudança numa sociedade devem ser procuradas nas suas contradições internas. Para a lógica analítica, uma mudança em uma variável está sempre relacionada a uma mudança em outra. Dessa forma, qualquer fenômeno pode ser analisado em termos de um sistema de variáveis, umas influenciando outras – variáveis endógenas – mas também influenciadas por outras variáveis determinadas fora do sistema (variáveis exógenas), lembrando que qualquer sistema é sempre um subsistema de um sistema mais global. Entretanto, como Georgescu-Roegen (1972) destaca: "a realidade - devemos frisar este ponto - é una (inconsútil). Dessa forma, ela é violentada quando a análise segmenta-a em partes discretas distintas em nome de facilitar nossa compreensão". Isto é, segundo entendo, uma clara colocação da posição filosófica que sublinha minha convicção de que o marxismo pode ajudar os economistas agrícolas treinados na tradição neoclássica de forma a torná-los mais conscientes das limitações de suas ferramentas analíticas. Na minha própria experiência de ensino, considero esta afirmação muito útil para os estudantes. Num certo sentido, este ponto de vista pode ser validado considerando algumas contribuições para nosso entendimento dos problemas agrícolas, feitas pelos economistas pertencentes à tradição marxista. Estas contribuições irão ser objeto da segunda parte deste trabalho.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORES MARXISTAS À ANÁLISE DE ALGUNS PROBLEMAS DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Naturalmente, este não é lugar para fazer uma revisão completa da literatura marxista sobre agricultura. Para as finalidades deste trabalho, será suficiente escolher alguns casos que ilustrem a riqueza da abordagem marxista e sua complementaridade à análise neoclássica. As duas questões discutidas abaixo: a sobrevivência das explorações familiares na agricultura francesa e a análise do desenvolvimento rural e da pobreza rural numa escala mundial naturalmente refletem nossas preocupações na ENSSAA, apesar da relevância destas questões para todos os economistas agrícolas ser tão óbvia que não parece necessário apresentar uma justificativa mais elaborada para discuti-las aqui.

⁴ Uma variável exógena pode ser importante na análise, mas a mesma ignora como a variável é determinada; daí se desconhecem os efeitos da retroalimentação sistêmica sobre a variável exógena. Para uma definição rigorosa, ver Johnston (1963).

A sobrevivência das explorações familiares na agricultura francesa

Marx (s. d.) parece ter-se convencido de que, no devido tempo, o campesinato iria desaparecer e que as relações de produção capitalistas iriam se desenvolver no âmbito da agricultura da mesma maneira como nos outros setores. Ao fim do século 19, Kautsky (1970) reexaminou esta questão dadas suas diretas implicações políticas na época. Suas pesquisas seguiram as discussões a respeito do "programa agrícola da democracia socialista alemã nas Convenções de Frankfurt e Breslau". A questão foi levantada porque "sem qualquer dúvida – e, nós iremos aceitar isto como demonstrado daqui para frente – a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria; ela segue leis específicas". O ponto fundamental é a observação feita no fim do século 19, e válida até certo ponto ainda hoje, de que os camponeses coexistem com grandes produtores. Entretanto enfatizou que "de acordo com o método de Marx, deve-se questionar não somente se o pequeno produtor tem um futuro na agricultura; mas, ao contrário, investigar todas as transformações experimentadas pela agricultura durante a vigência da produção capitalista. Deve-se procurar ver se como o capital domina a agricultura, revolucionando-a, destruindo as formas de produção primitivas e criando a necessidade de novas formas". Neste rumo, Kautsky explica porque o pequeno camponês pode coexistir com grandes produtores – que empregam trabalhadores assalariados – a despeito da superioridade tecnológica que ele atribui a estes. Vê como fatores de resistência do camponês a possibilidade dele assegurar renda complementar através de seu emprego em grandes propriedades e, quando este emprego não é possível, na sua capacidade de trabalhar mais e consumir menos. Mas conclui que a indústria produziu "as condições técnicas e científicas da agricultura nova e racional, revolucionando-a através de máquinas e fertilizantes artificiais (químicos), via microscópio e laboratório químico, e, dessa forma, estabeleceu a superioridade da grande fazenda capitalista sobre a pequena propriedade camponesa". Claramente estas idéias sobre a superioridade técnica das grandes explorações são, em essência, compartilhadas pelos responsáveis pela política agrícola em muitos países socialistas da Europa Oriental (Brossier & Petit 1975). No entanto, na Europa Ocidental, a evolução da estrutura fundiária, desde o início deste século, não parece confirmar esta superioridade, ainda que a influência da indústria, como Kautsky (1970) previu, tenha sido muito grande. Esta discrepância levanta uma questão que os economistas marxistas contemporâneos têm discutido em grande extensão, particularmente na França. Cavailhes (1976) oferece uma clara colocação dos problemas: "o desenvolvimento do capitalismo tem se traduzido por uma crescente concentração e centralização dos meios de produção, pelo incremento do número de assalariados quando comparados com outros tipos de trabalhadores; ... mas nada disso ocorreu no setor agrícola: o trabalho assalariado tem regredido, a concentração dos meios de produção ocorre como uma tendência de longo prazo mas progride a uma taxa extremamente baixa quando comparada à taxa de concentração dos ramos industriais e a centralização de capital não se verifica. Esta situação reclama uma explicação e muitos marxistas já se empreenderam nisto".

Num artigo fundamental, Servolin (1972) argumenta que a exploração campesina pertence a um modo de produção específico, chamado de "pequena produção mercantil" o qual entra em confronto e é transformado pelo modo de produção capita-

lista mas sem ser absorvido. Acontece aí a reprodução e ampliação das explorações pertencentes ao modo da pequena produção mercantil. O pequeno produtor é forçado "a produzir de forma crescente, para um mercado cada vez mais unificado, a comparar crescentes quantidades de insumos assim como equipamentos cada vez mais caros, a recorrer mais e mais ao crédito". Precisamente porque as explorações familiares podem fazer isso sendo mais eficientes do que as grandes explorações capitalitas. Atualmente, não é necessário ser marxista para se chegar a esta conclusão. Servolin (1972) cita Johnson (1969), classificado por ele como um "economista agrícola americano muito ortodoxo" – que escreveu: "Uma pessoa técnica poderia mesmo afirmar que a exploração familiar é uma instituição que instiga as famílias rurais a ofertar trabalho e capital a taxas de retorno abaixo da média de forma a atender a economia geral com produtos agrícolas a preços competitivos". Mas o ponto principal é que Servolin coloca o argumento numa perspectiva marxista: o desenvolvimento dessas explorações pertencentes ao modo da pequena produção mercantil "requer, e com isso permite ao mesmo tempo, o desenvolvimento do capital industrial, comercial e financeiro aos quais os produtores estão ligados de forma cada vez mais estreita".

Essas idéias podem ser bastante úteis no processo de ensino, porque elas sugerem claramente a possibilidade de montar um referencial teórico para uma análise global do processo dinâmico do desenvolvimento agrícola, destacando a interação das várias forças sociais. O fato de muito autores marxistas franceses contemporâneos terem criticado o argumento de Servolin (1972), alegando que ele interpretou erroneamente Marx, torna ainda mais interessante a leitura de seus trabalhos por parte de estudantes. A controvérsia em si, a respeito das dificuldades do uso de conceitos teóricos complexos em análises empíricas, é muito instrutiva.

Em termos teóricos, o argumento de Servolin está baseado em recentes desenvolvimentos⁵ relativos à articulação entre dois modos de produção. Na economia agrícola, diversas críticas têm sido feitas. Neste sentido Blanc & Barthelemy (1974) dizem que a tradição marxista talvez tenha enfatizado demais a existência de um processo de trabalho freqüentemente encontrado na indústria e perfeitamente adaptado às relações de produção capitalitas. Em decorrência, a oposição entre a pequena exploração familiar e a grande exploração capitalita chamou muito a atenção, levando ao negligenciamento de uma "forma social original: a grande exploração familiar do campesinato bem situado". Entretanto, "a questão fundamental que resta é entender as razões deste fortalecimento" (da natureza familiar das unidades de produção na agricultura). Eles rejeitam a análise de Servolin (1972) quanto aos dois modos de produção argumentando que o próprio conceito de modo de produção engloba a organização global da sociedade num determinado período.

Cavailhes (1976) propôs uma crítica mais radical aos conceitos teóricos de Servolin (1972). Usando a análise leninista da decomposição do campesinato, ele argumenta que as explorações familiares devem ser vistas essencialmente como pertencentes à "pequena burguesia", isto é, uma classe em transição: a maior parte de seus integrantes irão compor o proletariado e uns poucos se tornarão capitalistas. Estes últimos conservam a esperança daqueles cujos destinos ainda não estão cla-

⁵ Ver Althusser & Balibar (1970).

ros. Este argumento tem o grande mérito de levar em conta o processo de eliminação massiva do campesinato na França, e em muitos outros países ocidentais, assim como a ambiguidade das posições ideológicas e políticas tomadas pelos camponeses franceses por mais de um século.

Outros autores tais como Evrard *et al.* (1976) e, em menor grau, Mollard (1975), enfatizando o papel das agroindústrias, argumentam que mesmo que os produtores vendam os produtos agrícolas e não sua força de trabalho, o relacionamento com os capitalistas do setor agroalimentar é equivalente a um relacionamento exploratório.

Reconhecidamente, esta breve revisão da literatura francesa sobre o assunto não é completa. Mas pode ser considerada suficiente para ressaltar que as contradições estão presentes e levantam importantes questões teóricas e empíricas que possibilitam um excelente campo de treinamento para os estudantes de economia agrícola. Também deveria ficar claro, a partir deste exemplo, que as contribuições dos autores marxistas são bastante complementares àquelas dos economistas da tradição neoclássica. Se os marxistas negligenciam grosseiramente os processos microeconômicos, inclusive o comportamento diferenciado dos produtores de vários estratos econômicos (diferenças que deveriam ser de grande importância na sua própria abordagem), eles chamam a nossa atenção para a interação das forças sociais que moldam qualquer processo de desenvolvimento econômico, e, desta forma, a dinâmica de mudança de longo prazo na agricultura, à qual a análise neoclássica dedica atenção às partes e não ao todo. Um outro ponto semelhante poderá ser visto no exemplo do desenvolvimento rural em escala mundial.

Desenvolvimento rural e pobreza rural: a necessidade de uma perspectiva mundial

O ponto de partida poderia ser a inadequação do próprio conceito de subdesenvolvimento. O trabalho fundamental de Rostow (1960) sobre os estágios do crescimento econômico, oferece um esquema sistemático de análise para o processo de desenvolvimento, entendido de validade universal, como todos os países seguindo o mesmo caminho embora tenham alcançado estágios diferentes neste caminho. Esta abordagem foi eloqüentemente criticada por Frank (1966) e Amin (1970). Rostow (1960) negligencia o relacionamento histórico entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento, o qual transformou totalmente as sociedades do Terceiro Mundo. Este julgamento é análogo à crítica de Strauss (1974) ao que ele chama de "evolucionismo social". Uma tentativa pseudocientífica "de suprimir a diversidade das culturas ao mesmo tempo que finge reconhecer seu reconhecimento pleno. Pois se os diferentes estados onde se encontram as sociedades humanas, sejam velhos ou distantes, são tratados como estágios ou passos de um único desenvolvimento o qual, começando a partir de um mesmo ponto, deve sempre convergir para o mesmo objetivo, pode-se ver que a diversidade é apenas aparente". Logo adiante ele afirma que a civilização implica a coexistência de culturas que apresentam um máximo de diversidade entre si.

Voltando ao desenvolvimento econômico, pode-se argumentar que todas as teorias são elaboradas com suposições simplificadoras. Dessa forma, pode ser perfeitamente legítimo, na análise dos processos de desenvolvimento, ignorar a relação

entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Admitido este ponto, o mínimo que pode ser esperado do analista é lembrar esta suposição simplificadora, a qual traz suas próprias limitações em termos de análise positiva e a qual tem, ademais, importantes conseqüências ideológicas e políticas. A esse respeito, a existência de uma teoria alternativa, baseada nos conceitos do centro e periferia do modo de produção capitalista (Amin 1970) e da troca desigual (Emmanuel 1969), com a resultante deterioração dos termos de troca – pode desempenhar um papel útil, no mínimo como um lembrete dos limites da abordagem neoclássica⁶. Os autores desta teoria mundial do desenvolvimento não trataram muito da agricultura. Numa breve revisão, Amin (1973) argumenta que as formações sociais da periferia são geralmente dominadas pelo capitalismo agrário a qual pode assumir diversas formas. Mais interessante, talvez, as obras de alguns especialistas agrícolas como Dumont (1973), apesar de não especificamente calcadas em termos de conceitos de centro-periferia, parecem ser consistentes com esta abordagem geral. Ressaltando que o famoso livro, **Limits to Growth**, patrocinado pelo Clube de Roma, mostrou a impossibilidade física de generalizar o padrão de consumo dos países ocidentais, particularmente dos EUA, para o mundo todo. Dumont acusa claramente a economia capitalista de estar envolvida "num movimento quase irreversível" o qual, não sendo detido, irá provocar uma catástrofe. A importância desses problemas é óbvia, mas eles talvez sejam amplos demais para permitir uma boa base de treinamento para os estudantes que necessitam aprender como confrontar avanços teóricos com informações precisas, isto é, como testar hipóteses específicas. Nesta perspectiva, os recentes trabalhos de Janvry (1975, 1977) apresentam grande interesse, na medida em que estão voltados à discussão de questões específicas do desenvolvimento agrícola (reformas agrárias na América Latina (1975), programas de desenvolvimento rural (1975), inovações tecnológicas e institucionais (1977) com base num esquema teórico explícito que incorpora diversos conceitos-chave marxistas. Estes trabalhos de De Janvry proporcionam uma interessante compreensão dos custos relativos em termos de conflitos sociais envolvidos nas correspondentes políticas concretas. Num trabalho mais recente Janvry & Deere (1978) elaboram o esquema teórico. Os autores distinguem cinco níveis de análise (organização da família camponesa, sua lógica econômica, o mecanismo de extração de excedentes, a inserção do campesinato em modos de produção específicos e a dinâmica de transformação do campesinato) e mostram que esta classificação lhes permitiu apresentar um conjunto consistente de dados sobre o campesinato de Cajamarca, Peru. Se este esquema puder ser empregado com proveito em outros estudos, ele possibilitará uma ligação útil com o fim de conseguir a integração tão necessária dos fenômenos microeconômicos à abordagem marxista.

Em geral, esta abordagem pode formar estudantes com melhor consciência da interação das forças sociais, baseadas nos interesses econômicos, envolvidas em qualquer processo de desenvolvimento rural. Em particular, há aqui uma explicação lógica do difundido "viés urbano" tão freqüentemente denunciado pelos economistas neoclássicos ao analisar as políticas agrícolas e de alimentação nos países em de-

⁶ Uma clara e concisa apresentação do argumento essencial, que também evita os intricados fundamentos teóricos, pode ser vista em Furtado (1976).

envolvimento⁷. A justificativa pela análise de políticas em termos de uma economia política analítica parece muito convincente e a mesma pode provavelmente ser considerada como definitivamente elaborada.

Dada, entretanto, a amplitude dos tópicos abrangidos pela abordagem, muitas questões restam em aberto; daí concluir que a aderência rígida aos resultados alcançados até o momento seria dogmática e certamente deveria ser condenada. Tocamos aqui numa dificuldade muito séria da posição intelectual adotada ao longo deste trabalho: a maioria dos autores marxistas acreditam na superioridade de sua abordagem, não aceitando, em consequência, a complementariedade defendida aqui. Isto dificulta o diálogo com eles.

CONCLUSÃO

O principal argumento desenvolvido aqui foi o de que as abordagens marxista e neoclássica podem ser complementares no caso do treinamento de estudantes de Economia Agrícola. Em particular, em "países não-marxistas", a Economia Marxista pode ser muito útil por destacar a maioria dos supostos básicos das teorias neoclássicas – freqüentemente implícitos – e as limitações das análises conduzidas pela tradição neoclássica. A esse respeito, as contribuições gerais bem conhecidas do marxismo (perspectiva histórica; ênfase nos conflitos de interesses baseados na posição econômica de grupos sociais, determinada pela sua inserção no processo produtivo; ligações com outras ciências sociais; utilização da dialética ao invés da lógica analítica) são muito significativas. Ademais, recentes contribuições de autores marxistas em duas importantes questões para os economistas agrícolas (o lugar das explorações familiares no modo de produção capitalista e a análise do desenvolvimento rural e da pobreza numa perspectiva mundial) ilustram o que a abordagem marxista pode agregar às análises conduzidas dentro da tradição neoclássica. Embora mais específicas, novamente as principais contribuições estão expressas em termos de perspectiva histórica, globalidade dos fenômenos estudados e conflitos entre grupos sociais.

Mas quando se apresenta esta complementariedade aos estudantes, depara-se com várias dificuldades. Primeira, e provavelmente a mais importante, é que os colegas marxistas não estão convencidos desta complementariedade. Eles certamente não têm um ponto de vista monolítico, mas a maioria concordaria no essencial com Amin quando escreve acerca da "arte de gerência" produzida pela "ciência" econômica acadêmica: a própria natureza dos problemas abrangidos – maximização de alguma variável (lucro ou produto) dadas algumas restrições (em particular a restrição da "escassez de recursos") num dado momento e num dado sistema (aqui o modo de produção capitalista, um ponto raramente reconhecido) – impede de ver neste conjunto de técnicas, uma alternativa para a ciência social⁸. O pluralismo filosófico que advogo é condenado como ecletismo, isto é, como inconsistente em essência, pelos marxistas. De certa forma, nossa posição institucional na ENSSAA é de mútua tolerância, não havendo o poder de uns expulsarem os outros. Nossa coexistência pacífica, imposta pela necessidade de enfrentar nosso ambiente institucional, reside num mínimo

⁷ Para uma apresentação atual e compreensiva deste ponto de vista, ver Schultz (1978).

⁸ i. e. Marxismo (Amin, 1970).

de consenso, de resto tácito, com respeito a alguns critérios necessários para boas pesquisas. Estes são grosseiramente os testes clássicos de consistência lógica interna, consistência com a experiência e comunicabilidade⁹. Entretanto, as controvérsias surgem no próprio processo de aplicar estes testes. A dialética é propensa a evitar os testes de consistência porque, quando colocado diante de uma inconsistência aparente, o analista é sempre tentado a realçar uma contradição que tenha permanecido até então em plano secundário na argumentação mas que aparece como parte legítima do raciocínio dialético global. Reciprocamente, a análise conduzida pela tradição neoclássica aparece sempre abrangendo problemas parciais e desta forma deixa de fazer o teste de consistência com um conjunto suficientemente amplo de observações.

Outra dificuldade é devida ao mal-estar intelectual que domina os estudantes após um programa de ensino pluralista. O perigo aqui é que eles decidam, já que os "professores" não chegam a um acordo entre si próprios, que a escolha de uma posição ideológica é uma matéria puramente pessoal a qual não pode ser submetida a qualquer teste rigoroso. Na realidade é muito difícil julgar se este perigo é ou não real e para qual proporção dos estudantes. Minha própria percepção é que nosso programa de ensino leva o estudante a questionar seus compromissos ideológicos pré-existentes, contribuindo para torná-los mais conscientes das limitações das teorias que irão usar em análises empíricas. Se esta convicção for confirmada, podemos dizer que o programa é bem sucedido em ampliar a fronteira do conhecimento objetivo, reduzindo o domínio do ideológico. Segundo entendo, isto representa um sucesso. Entretanto, estou perfeitamente consciente de que, ao me expressar desta forma, reflito um ponto de vista filosófico a respeito do relacionamento entre ciência e ideologia que não é repartido de forma unânime, particularmente pelos marxistas.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. & BALIBAR, E. **Lire le capital**. 2. ed. Paris, Maspero, 1970.
- AMIN, S. **L'accumulation à l'échelle mondiale**. Dakar, IFAN, 1970.
- AMIN, S. **Le développement inégal**: essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique. Paris, De Minuit, 1973. p. 292-6.
- BECKER, G. S. A theory of the allocation of time. **Econ. J.**, 75: 493-517, 1965.
- BETEILLE, A. **Marxism and modern sociology**: six essays in comparative sociology. Delhi, Oxford University Press, 1974.
- BLANC, M. & BARTHELEMY, D. **Le procès de travail capitaliste et le développement d'une agriculture familiale dans la France contemporaine**. Dijon, INRA, 1974. (Economie et Sociologie Rurales).
- BROSSIER, J. & PETIT, M. Un exemple d'agriculture socialiste: l'agriculture bulgare. **Etud. Rurales**, 60: 55-72, Oct./Dec. 1975.

⁹ Para uma clara definição destes termos, ver Johnson & Zerby, 1973.

- CAVAILHES, J. L'analyse léniniste de la décomposition de la paysannerie et son actualité. **Crit. Econ. Polit.**, (23): 110-42, Jan./Mar. 1976.
- DUMONT, R. **L'utopie ou la mort**. Paris, Seuil, 1973.
- EMMANUEL, A. **L'échange inégal**. Paris, Maspero, 1969.
- EVARD, P.; HASSAN, D.; VIAU, C. **Petite agriculture et capitalisme**. Paris, INRA, 1976. (Economie et Sociologie Rurales).
- FRANK, A. G. The development of under-development. **Mon. Rev.**, (4): 1966.
- FURTADO, C. **Le mythe du développement économique**. Paris, Anthropos, 1976.
- GRILICHES, Z. Hybrid corn: an exploration in the economics of technical change. **Econometrica**, 25: 501-22, 1957.
- JANVRY, A. de. Inducement of technological and institutional innovation: an interpretative framework. In: ARNOLT, T. A. et al., ed. **Resource allocation and productivity in national and international agricultural research**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1977. p. 551-63.
- JANVRY, A. de. The political economy of rural development in Latin America: an interpretation. **Am. J. Agric. Econ.**, 57(3): 490-9, Aug. 1975.
- JANVRY, A. de. & DEERE, C. D. **A theoretical framework for the empirical analysis of peasants**. Berkeley, University of California, 1978. (mimeo.).
- JOHNSON, G. L. The modern family farm and its problems. In: CONFERENCE ON ECONOMIC PROBLEMS OF AGRICULTURE IN INDUSTRIAL SOCIETIES, Rome, 1965. **Proceedings**. MacMillan, International Economic Association, 1969.
- JOHNSON, G. L. & ZERBY, L. K. **What economists do about values**. East Lansing, Michigan State University, 1973. p. 222-7.
- JOHNSTON, J. **Econometric methods**. New York, McGraw Hill, 1963. p. 232.
- KAUTSKY, K. **La question agraire: étude sur les tendances de l'agriculture moderne**. Paris, Giard et Bière, 1900. Facsimile: maspero, 1970.
- LENIN, I. I. **Marx, Engels, Marxisme**. Moscou, Ed. de Moscou, s. d. p. 12.
- MARX, K. **Le capital**. Paris, La Pleiade, s. d. Cap. 15, p. 996
- MARK, K. **Misère de la philosophie**. Paris, NRF, 1963. t. 1.
- MOLLARD, A. **L'exploitation du travail paysan**. Grenoble, Université Sciences Sociales, 1975. Tese.
- NERLAVE, M. **Economic growth and population: perspectives of the new home economic**. s. l., ADC, 1974. Separata de **JPE**.
- PETIT, M. Relationships among various aspects of agricultural changes. **Eur. Rev. Agric. Econ.**, 3(2/3), 1975.
- R. Econ. Sociol. rural**, Brasília, 26(1):125-137, jan./mar. 1988

- ROEGEN, N. Process analysis and the neoclassical theory of production. **Am. J. Agric. Econ.**, 54 (2): 281-1, May, 1972.
- ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. New York, Free Press, 1960.
- ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth**. Cambridge, s. ed., 1960.
- SCHULTZ, T. W., ed. **Distortions of agricultural incentives**. Bloomington, Indiana University Press, 1978.
- SERVOLIN, C. **L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste: l'univers politique des paysans**. Paris, A. Colin, 1972.
- STRAUSS, C. L. **Race et histoire**. Paris, Gonthier, 1974.